
**ATA DA QUADRAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta e seis minutos no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo- secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, de forma presencial, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Solicito ao segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados. *“Ata da Quadragésima Sétima Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Cinquenta e Quatro da Quadragésima Sexta Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 2.825/2023, da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 558 a 565/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Zeca do PT, Gerson Claro, Antonio Vaz, Professor Rinaldo, Lia Nogueira, Mara Caseiro e Junior Mochi. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lucas de Lima, João Mattogrosso, Renato Câmara e Marcio Fernandes. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usou da palavra a deputada Mara Caseiro. **ORDEM DO DIA** – Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Resolução nº 12/2023, de autoria do deputado Roberto Hashioka; Projeto de Lei nº 124/2023, de autoria do deputado João Henrique. Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Resolução nº 7/2023, de autoria dos deputados Jamilson Name e outros; Projeto de Lei nº 148/2023, de autoria do Tribunal de Contas; Projeto de Lei nº 151/2023, de autoria da Mesa Diretora. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da Casa, endereçada aos familiares de Gabriel Mazzeto Bianchi; requerimento de moção de pesar, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada aos familiares de Andréia Vera Benites; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada aos familiares de Eliza Viturino de Souza; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado João Mattogrosso, endereçada aos familiares de José Nilton Botelho Ribeiro; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à empresa Douramotors Veículos Ltda, pelos seus vinte e seis anos de atividades em Dourados, completados no dia 14 de maio; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à empresa Papel Maq Móveis para Escritório Ltda, pelos seus vinte anos de atividade em Dourados, completados no dia 14 de maio; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao subtenente bombeiro*

*militar Edraudino Pereira Lucio, em reconhecimento ao seu ato de bravura e profissionalismo durante o atendimento a um incêndio residencial no município de Itaporã, no dia 25 de março de 2023; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Antonio Vaz, endereçada ao cabo da PM/MS Vagner Leandro da Silva, lotado no Batalhão da Polícia Militar de Trânsito Campo Grande-MS, como forma de reconhecimento a seus relevantes serviços prestados; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada ao jovem Igor Mattos de Souza, pela participação no The Voice Kids; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada a Néstor Antonio Heredia Zárate, parabenizando-o pelos trinta e oito anos de serviços prestados como professor titular da Universidade Federal da Grande Dourados; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Antonio Vaz, endereçada ao senhor Rodrigo Zoccal Rosa, pelo lançamento do livro Ato Infracional, Socioeducação e Estado Punitivo, ocorrido no dia 25 de maio de 2023; requerimentos de informações, de autoria dos deputados Lia Nogueira, Zeca do PT e Professor Rinaldo; indicações, de autoria dos deputados Lidio Lopes, Lia Nogueira, Professor Rinaldo, Renato Câmara, João Mattogrosso, Zeca do PT, Neno Razuk, Lucas de Lima e Zé Teixeira. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, primeiro de junho do ano de dois mil e vinte e três”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, que proceda à leitura do expediente desta Sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Expediente da Sessão Ordinária do dia 06 de junho de 2023: Mensagem nº 16/2023, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da lei orçamentária de 2024, e dá outras providências; Ofício nº 901/2023, da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, respondendo à moção de congratulação do deputado João César Mattogrosso; Ofícios nºs 557 e 572/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Renato Câmara e Marcio Fernandes; Ofício nº 571/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do deputado Rafael Tavares; Ofícios nºs 785 a 788/2023, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Coronel David, João Mattogrosso e Professor Rinaldo; Ofício nº 1.597/2023, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado João Mattogrosso; Ofício nº 4.440/2023, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Rafael Tavares; Ofícios nºs 3.087 e 3.089/2023, da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Rafael Tavares e Coronel David; Cartas nºs 125 e 199/2023, da Energisa, respondendo às indicações dos deputados Rafael Tavares; E-mail, da Energisa, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp; Ofício nº 35/2023, da Prefeitura Municipal de Nioaque, respondendo à indicação do deputado João Henrique. Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha pela TV Assembleia. Tenho algumas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel; ao vice-governador, senhor José Carlos Barbosa; ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Helio Pellufo Filho, e ao prefeito de Dourados, senhor Alan Guedes, solicitando a viabilização de recursos para a pavimentação asfáltica em todas as ruas do Parque dos Jequitibás, em Dourados. Esta solicitação se faz necessária porque esse bairro serve como sede do governo municipal e os moradores têm sofrido muito com a falta de asfalto. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, ao vice-governador, senhor José Carlos Barbosa, ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Helio Pellufo Filho, e ao prefeito de Dourados, senhor Alan Guedes, solicitando pavimentação asfáltica para as ruas que são utilizadas pelo transporte público na região da Sitioca, Ouro Fino, Campo Belo, e Campina Verde, em Dourados. Esta é uma solicitação dos moradores que reclamaram da dificuldade de locomoção do transporte coletivo, principalmente nos dias de chuva. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação para a professora Denilda Antônio da Silva, parabenizando-a pela atuação no salvamento de uma criança de apenas três anos que caiu em uma fossa do Centro de Educação Infantil que fica na vila Indu, em Dourados. Aproveito para encaminhar um requerimento, cobrando explicações da administração municipal para este fato que aconteceu numa creche em Campo Grande, local onde os filhos deveriam estar seguros. O fato ocorreu em um prédio locado pela prefeitura e o município está jogando a responsabilidade para o dono do imóvel quando, na verdade, deveria ter sido feita vistoria no local. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar um projeto de lei que estabelece diretrizes para o serviço de atendimento aos migrantes, refugiados, apátridas, asilados políticos e vítimas do tráfico humano em condição análoga à de escravidão, no estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 1º - Essa lei estabelece diretrizes para o serviço de atendimento aos migrantes, refugiados, apátridas, asilados políticos e vítimas do tráfico humano em condição análoga à de escravidão com os seguintes objetivos: 1º - garantir o acesso a direitos fundamentais e sociais e aos serviços públicos resguardados na Constituição Federal e nos tratados internacionais dos quais o Brasil seja signatário; 2º - promover o respeito à diversidade e à interculturalidade; 3º - impedir violações de direitos; 4º - fomentar a participação social e desenvolver ações coordenadas com a sociedade civil. Parágrafo único - para os fins desta lei, considera-se população migrante todas as

peessoas que se deslocam de países ou região geográfica a território de outro país ou região geográfica, tais como, imigrantes, emigrante, apátridas, nos termos do parágrafo 1º do artigo 1º da Lei Federal nº 13.445, de maio de 2017, e o refugiado nos termos da Lei Federal nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Eu leio o primeiro e o segundo artigo que representam o espírito do conjunto do projeto de lei que é bastante extenso, mas no artigo 2º, o atendimento a que se refere esta lei está fundado nos seguintes princípios: acolhida humanitária; igualdade de direitos de oportunidades observadas as necessidades específicas dos migrantes; promoção da regularização da situação da população imigrante; universalidade; indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos dos imigrantes; combate à xenofobia, ao racismo, ao preconceito e a qualquer forma de discriminação; promoção de direitos sociais dos imigrantes por meio do acesso universalizado aos serviços públicos, nos termos da legislação municipal; fomento à convivência familiar e comunitária; promoção de direito do migrante ao trabalho digno; respeito à efetivação dos tratados internacionais de direitos humanos e dos direitos dos migrantes dos quais o Brasil seja signatário. Esta lei, uma vez aprovada por esta Casa e sancionada pelo governador, será um importante instrumento de defesa e garantia dos direitos dos migrantes, imigrantes, emigrantes, apátridas e também àqueles que são vítimas do tráfico humano, lembrando que o Mato Grosso do Sul faz fronteira com dois países, Paraguai e Bolívia, e também com os estados de Goiás, Mato Grosso, São Paulo e Paraná. Vale lembrar que na localização de Mato Grosso do Sul nós temos uma realidade muito forte da migração, da vida de família, de pessoas de outros estados, e de outros países, que vêm aqui em busca de melhores condições de vida. O nosso estado precisa dar exemplo de acolhida fraterna e respeitosa a essas pessoas que aqui recorrem para buscar uma vida melhor. Esse projeto de lei tramita na perspectiva de dar exemplo de respeito, de promoção dos direitos das pessoas que vêm para cá e precisam da assistência do poder público e também da solidariedade da sociedade, de modo geral. Eu queria, senhor presidente, que ficasse registrado em ata, nesta Sessão, a presença da irmã Rosane e da Sandra Montalvão, que estão aqui para prestigiar a apresentação desse projeto de lei. Quero dizer que esse projeto foi encaminhado pela irmã Rosane, da Pastoral dos Imigrantes, na nossa Arquidiocese, que pertence a uma congregação religiosa que tem como carisma o atendimento aos imigrantes e às pessoas que se deslocam de um país para outro, de um estado para outro, em busca de dignidade. Agradeço à irmã Rosane pela sugestão do projeto e peço a todos os deputados e deputadas, desta Casa, que apoiem a aprovação desse projeto de lei para que o mesmo seja encaminhado ao governador do estado e sancionado como lei estadual de proteção a todos imigrantes, apátridas, asilados políticos, vítimas do tráfico humano, aqui no Mato Grosso do Sul. Por fim, senhor presidente, quero apresentar uma moção de congratulação. A Assembleia Legislativa, legítima representante dos ideais e aspirações do povo sul-mato-grossense, por proposição de deputado Pedro Kemp, aprova a moção de congratulação às comunidades da reserva indígena de Dourados, Aldeia Jaguapiru e Aldeia Bororó, pelos seus vinte e um anos de criação. Esta Casa de Leis parabeniza as comunidades indígenas da etnia Guarani Kaiowá e Terena, que vivem na reserva e, mesmo diante das adversidades, fazem de sua vida uma verdadeira luta por direitos contra a violência e pela preservação de suas tradições culturais, sendo um verdadeiro símbolo de resistência. Vale lembrar que aquela reserva de Dourados é a mais numerosa do estado com, aproximadamente, vinte mil habitantes, e nós sabemos que

a reserva não é a melhor forma de garantir o acesso das comunidades indígenas até a sua terra tradicional, mas é bom lembrar que ali vive um povo que quer dignidade, respeito aos seus direitos, e que está completando cento e vinte e um anos de existência. Portanto, nós queremos manifestar o nosso apoio e solidariedade ao povo indígena que luta, resiste e deseja uma vida digna para os seus filhos, e um futuro melhor do que esse que a comunidade vive hoje. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas. Quero apresentar dois requerimentos e uma indicação. Eu vi na mídia que a Assembleia Legislativa do Ceará aprovou uma lei, proibindo a pulverização aérea de veneno na área da soja. Esse é o mesmo projeto que o nosso saudoso companheiro Amarildo Cruz apresentou aqui, e não sei porque qual razão a Comissão de Constituição, Justiça e Redação jogou no lixo. Vale lembrar que o município de Antonio João foi a capital sul-mato-grossense do tomate; Glória de Dourados foi a capital sul-mato-grossense do bicho da seda; Guia Lopes da Laguna produzia boa parte do mel nesse estado, mas a pulverização aérea de veneno acabou com tudo isso. Portanto, em função da denúncia apresentada, estou encaminhando um requerimento ao governador do estado, Eduardo Riedel, ao secretário de estado de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, senhor Jaime Verruck, ao diretor-presidente do Instituto do Meio Ambiente, senhor André Borges, solicitando informações sobre o andamento do estudo que está sendo realizado por parte da secretaria e do Imasul sobre o impacto negativo do incidente na produção da agricultura familiar, bem como na saúde da população que vive nos assentamentos, decorrente do uso indiscriminado da pulverização aérea de agrotóxicos em grande parte das lavouras do nosso estado. Vossas Excelências devem ter visto que essa pulverização está contaminando a água dos rios e córregos dos assentamentos de Sidrolândia, lembrando que os assentados tomam banho, bebem dessa água e comem os peixes desses rios contaminados com o que existe de mais podre no veneno do agrotóxico, que chega em trinta e duas vezes o limite máximo de veneno na água. Portanto esse requerimento é para que o governo explique o porquê dessa omissão. O jornal Correio do Estado trouxe uma matéria sobre a Missão Caiuá que no ano passado recebeu quase um bilhão de reais para cuidar da saúde indígena, e também sobre uma fazenda de quatrocentos hectares, em Dourados, que planta soja e não cuida do índio, cuida do bolso dela. A Missão planta soja, faz pulverização aérea e está contaminando a saúde do povo indígena principalmente da Aldeia Jaguapiru. Por esse motivo eu estou entrando com pedido ao reverendo Geraldo Silveira, da Missão Caiuá, ao Ricardo Nascimento Costa, coordenador do Distrito Sanitário Indígena do Mato Grosso do Sul, ao Arildo, coordenador da Funai, à senhora Teodora, e ao superintendente do Ibama, solicitando informações sobre quais medidas estão sendo tomadas para apuração dessas denúncias da condição insalubre, e sobre o problema de saúde dos indígenas das Aldeias Jaguapiru e Bororó, em Dourados, decorrentes da contaminação por agrotóxicos dispersos por aviões de arrendatários da fazenda Caiuaná, de propriedade da Missão Evangélica Caiuá. E, por último, tenho um pedido ao procurador do Ministério Público Federal, doutor Silvio Petengil Neto, com cópia ao procurador de

Dourados, senhor Marco Antônio Delfino de Almeida, solicitando que sejam apuradas as denúncias das condições insalubres e problemas de saúde dos indígenas das Aldeias Jaguapiru e Bororó em Dourados, decorrentes da contaminação por agrotóxicos dispersos por aviões de arrendatários da fazenda de propriedade da Missão Caiuá. Se for procedente a denúncia do jornal Correio do Estado no dia 05 de junho, eu pergunto: por que é que o procurador Marco Antônio prevaricou de suas atribuições ao não proceder, no devido tempo, a apuração dos fatos enormemente prejudiciais ao povo indígena daquela região? Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares. Tenho uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Pedro Arlei Caravina, solicitando obra de recapeamento na Rodovia MS-162 e MS-270, nos trechos que ligam o município de Itahum ao município de Dourados. É só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas deputados e quem acompanha esta Sessão. Geralmente eu faço isso na quinta-feira, mas eu quis vir hoje parabenizar os meus amigos do Batalhão do Choque da Polícia Militar porque começaram a semana de forma implacável. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à Polícia Militar do Batalhão do Choque, que retiraram de circulação e cancelaram o CPF de um traficante que estava com mais de dezesseis milhões de reais, e de um outro bandido que estava foragido e tinha diversas passagens pela polícia. Somente isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Mattogrosso.

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas, todos que nos acompanham e nos assistem pela TV ALEMS, e que fazem parte desta distinta Casa de Leis. Tenho três indicações e duas moções. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente do Detran/MS, senhor Rudel Espíndola Trindade Junior, solicitando estudo de viabilidade para instalação de redutor de velocidade na Rodovia MS-164, nas proximidades do assentamento Dorcelina Folador, no município de Ponta Porã. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao chefe Executivo Municipal de Nova Alvorada do Sul, com cópias autônomas ao diretor-presidente da Energisa/MS, bem como ao diretor-presidente da CCR MS Via, solicitando providências no tocante à melhoria da sinalização e iluminação do acesso

da rodovia BR-163, nas proximidades da via urbana próxima ao terminal rodoviário de Nova Alvorada do Sul. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à gerente da unidade operacional da Anatel, em Mato Grosso do Sul, senhora Vera Lucia Burato Marques Stelburguer, solicitando estudo técnico para instalação de rede para telefonia móvel e internet, no distrito da Pontinha do Cocho, na MS-436, no município de Camapuã. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao grão-mestre estadual, senhor David da Silva Ribeiro, e ao grão-mestre-adjunto, senhor José Luiz dos Reis Chaves, do Grande Oriente do Brasil/MS, que possui setenta e duas lojas maçônicas, mais de um mil e oitocentos membros, fortalecendo a maçonaria e viabilizando horizontalmente a propagação dos ideais maçônicos junto à sociedade. A eleição aconteceu no dia 11 de março e a posse será no dia 17 de junho do corrente ano. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada uma moção e congratulação ao empresário gráfico sul-mato-grossense, senhor Julião Flaves Gaúna, que foi eleito presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf Nacional), para conduzir os trabalhos no triênio 2023-2026, empossado em cerimônia realizada na Casa da Indústria, na Fiems, no dia 1º de junho do corrente ano. Em cinquenta e nove anos de existência da Abigraf Nacional, essa é a primeira vez que um industrial de fora de São Paulo é eleito presidente da instituição, o que demonstra o fortalecimento da indústria gráfica de Mato Grosso do Sul, que é também motivo de orgulho para nós. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, imprensa, população que prestigia a nossa Sessão. Quero apresentar duas indicações e uma moção de pesar. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado moção de pesar aos familiares e amigos do senhor Alberto José Vieira, pelo seu falecimento ocorrido no dia 5 de junho de 2023, em Fátima do Sul. Essa moção, se aprovada, deverá ser redigida nos seguintes termos: o Parlamento sul-mato-grossense, legítimo representante do povo desta terra, por iniciativa do deputado Junior Mochi, vem consignar os seus votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Alberto José Vieira, no último dia 5 de junho de 2023. O senhor Alberto, conhecido como Beбето, foi vereador por vários mandatos, foi presidente do MDB por várias vezes, é pai do atual vice-prefeito do município de Fátima do Sul, Altair Vieira. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Saúde, senhor Maurício Simões Corrêa, solicitando a implantação do ambulatório especializado para atendimento, diagnóstico e tratamento da síndrome pós-Covid pelo SUS. A síndrome pós-Covid, também conhecida como Covid longa, refere-se às sequelas crônicas apresentadas por pacientes recuperados do vírus SARS-CoV-2. Essas sequelas incluem sintomas como fadiga, perda de memória, confusão mental, depressão, dores de cabeça, zumbidos, inchaços, formigamento, falta de ar, que afetam significativamente a qualidade de vida das pessoas. Inicialmente a comunidade médica associou esses

sintomas às sequelas psicológicas, mas posteriormente reconheceu que se tratava de uma síndrome distinta, relacionada à doença. A Organização Mundial da Saúde (OMS), alertou que de 20% a 30% dos pacientes recuperados, podem desenvolver a síndrome pós-Covid. No Brasil, essa síndrome incapacitante ainda não recebeu a devida atenção das autoridades de saúde, da classe médica e da mídia, no entanto, países como o Reino Unido, já implantaram centros especializados e hospitais para tratar essa condição. A síndrome é causada pela permanência da proteína tóxica do vírus no organismo, causando uma resposta imunológica aumentada, inflamação generalizada dos vasos sanguíneos, o que resulta os sintomas diversos e incapacitantes. A síndrome pós-Covid pode apresentar até cinquenta sintomas clínicos indesejáveis, incluindo fadiga crônica, cerebral, dores de cabeça, palpitações, insônia, depressão, alterações hormonais, entre outros. Felizmente, hoje, existem tratamentos disponíveis que incluem suplementos farmacêuticos, medicamentos específicos e cuidados multidisciplinares com resultados positivos. Portanto, senhor presidente, anexo juntamos a matéria de uma revista do Reino Unido, que mostra estudos acadêmicos feitos a longo prazo sobre a Covid-19, que apontam que atualmente cerca de quatrocentas mil pessoas precisam de atendimento especializado para esta condição. Estão sendo providenciadas clínicas especializadas para atendê-las, inclusive a primeira já foi inaugurada. Portanto, senhor presidente, pretendemos fazer uma discussão mais aprofundada desta questão, realizando uma audiência pública. Atualmente existe um grupo de estudos no Brasil, liderado pelo Hospital Sírio Libanês, e nós pretendemos trazer autoridades no assunto e quem sabe ser o primeiro estado do Brasil a criar o ambulatório do Hospital Regional para atendimento de pacientes do SUS com a síndrome pós-Covid. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares. Quero apresentar uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao Grupo São Lourenço, pelo reconhecimento ao serem consagrados os vencedores dos prêmios: melhor maquiador, expositor, reservado um grande campeão e campeã, além da conquista de cinco campeonatos reservados, cinco campeonatos de treinos e mais oito categorias da octogésima oitava Expozebu de 2023. Há mais de sessenta anos o Grupo São Lourenço se dedica à seleção de melhoramento genético da raça Nelore, tendo a sua principal fazenda localizada às margens do rio Corumbá, em Mato Grosso do Sul. O trabalho foi iniciado pelo senhor Geraldo de Souza Carvalho, que posteriormente passou para o seu filho Geraldo de Souza Carvalho Junior, que se encontra aqui no Plenário. O grupo já está na terceira geração com os seus netos Geraldo, Fernando, Roberto e Heloísa, e as fazendas do grupo praticam a integração agricultura e pecuária, visando aumentar a produtividade das suas terras sem descuidar do lado social e ambiental. Aliado a isso estão sendo utilizadas as mais modernas técnicas de manejo e de produção, buscando produzir animais mais modernos e atuais do mercado, pois os compradores estão cada vez mais exigentes em busca de qualidade, animais produtivos, funcionais, e com boa avaliação genética. Por isso os leilões do Grupo São Lourenço possuem

uma clientela fiel, de muitos anos, tanto no Mato Grosso do Sul, quanto no Brasil e no exterior, tendo como missão colocar à disposição do mercado aquilo que há de melhor em sua seleção. Foram consagrados vencedores dos prêmios: melhor criador expositor, reservado, grande campeão e campeã, além da conquista de cinco campeonatos reservados, cinco campeonatos e prêmios em mais oito categorias da Expozebu 2023, que atualmente é a maior exposição de gado do mundo sendo reconhecida como a copa do mundo das exposições. Caso aprovada, essa moção deverá ser redigida nos seguintes termos. A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, Casa de Leis e de Cidadania, por proposição do deputado estadual Coronel Davi e em nome dos seus pares e do povo sul-mato-grossense, na honrosa presença de Vossas Senhorias, consigna o merecido respeito ao Grupo São Lourenço, pelo reconhecimento de ter sido eleito campeão, como melhor criador, melhor expositor, reservado, grande campeão e campeã da octogésima oitava Expozebu 2023. Além de Vossa Excelência, assinam comigo esta moção os deputados Zé Teixeira, Paulo Corrêa e Marcio Fernandes. Só para consignar mais uma questão, senhor presidente, o Brasil teve nesse primeiro trimestre o seu PIB em 1,9%, puxado exatamente pela força da agropecuária do Brasil, e hoje a gente homenageia o senhor Geraldo que representa a força do agronegócio no Mato Grosso do Sul. Portanto a grande força econômica do Brasil, neste momento difícil de um governo que nem tanto faz pelos brasileiros, o agronegócio, por mais detestado que seja, consegue fazer o Brasil produzir cada vez mais. Parabéns, senhor Geraldo!

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, primeiramente quero cumprimentar o meu grande amigo Geraldo Junior e a sua esposa, meus amigos de quarenta anos, e dizer que me sinto muito honrado em assinar essa moção, valorizando a pecuária do nosso estado. Tenho orgulho de dizer que nesses vinte e oito anos de Parlamento, tive o prazer de apresentar aqui duas moções, uma para o senhor Eurico Teixeira, que foi considerado o melhor criador de gado Mocho no Brasil, e outro para o seu leiloeiro que implementou o Vermelhão (Red Angus), aqui no nosso estado. Hoje, eu tenho a honra de ser convidado pelo deputado Coronel Davi para apresentar junto com ele essa moção de grande representatividade para o nosso estado, em especial à família que está recebendo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Antes, porém quero cumprimentar e agradecer a presença do vereador do município de Mundo Novo, Gildo do Amaral.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados. Tenho um projeto de lei. Altera o parágrafo 1º do artigo 135 da Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre os tributos de competência do estado e dá outras providências. Artigo 1º - A Lei nº 1.810, de 2 de

dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte alteração. Artigo 135, parágrafo 1º - O ITCC deve ser acrescido de multa de 20% quando o inventário for requerido depois de dois meses da abertura da sucessão. Caso o dia do vencimento caia no final de semana ou feriado, considerar-se-á prorrogado o prazo até o seguinte dia útil. O artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de publicação. Para maiores esclarecimentos, explica-se que os prazos contados em meses expiram no dia de igual número ao do início, ou conseqüente se faltar o dia de mesma correspondência naquele mês; enquanto os prazos contados em dias excluem o dia do início e inclui o do final, sendo comum que expirem em prazo menor do que o prazo contado em meses. Hoje, o parágrafo 1º do artigo 135 da Lei 1.810, de 22 de dezembro de 1997, diz que o artigo 135 está sujeito a multas. O parágrafo 1º do ITCD deve ser acrescido de multa 20% quando o inventário for requerido depois de sessenta dias da abertura da sucessão. O projeto de lei visa a alterar a seguinte redação. No parágrafo 1º, o ITCD deve ser acrescido de multa de 20% quando o inventário for requerido depois de dois meses da abertura da sucessão. Se o dia do vencimento cair em final de semana ou feriado, considerar-se-á prorrogado o prazo até o seguinte dia útil. Chegou ao nosso conhecimento que inúmeros contribuintes foram multados indevidamente pela Sefaz, por uma inadequação na nossa legislação estadual ao prazo mínimo a ser observado para o caso em análise, que atualmente é de dois meses. Tendo conhecimento que a competência para legislar sobre normas de direito processual é privativa da União, não podemos no modelo normal, estadual, derogar norma federal quanto ao assunto. Sinto-me obrigado a apresentar esse projeto de lei. O efeito e a alteração ora trazida, ao estabelecer o prazo de dois meses, contribuirá para que se evite uma enxurrada de procedimentos administrativos e até judiciais contra o estado de Mato Grosso do Sul, por aplicação de multas indevidas ao contribuinte. Vale ressaltar que a contagem do prazo em meses é mais fácil para a população em geral, ainda mais sendo um prazo contado em momento de perda de um ente querido. Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares que compõem esta Casa de Leis para aprovação do projeto. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, passo a Vossas Excelências o resumo do calendário que nós fizemos por acordo de lideranças, para votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2024. O projeto de lei foi apresentado, nesta Casa, no dia 02 de junho de 2023, ficará disponível para oferecimento de emendas para a primeira discussão e votação até o dia 20 de junho, deverá ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Redação no dia 21 de junho, e distribuída na CCJR no dia 28 de junho. Depois do dia 29 de junho, o projeto deverá ser distribuído para as comissões temáticas e orçamentárias, com devolução prevista para o dia 3 de julho, estando pautada a primeira discussão para o dia 4 de julho. O período de pauta para a segunda discussão e votação, começa no dia 4 e se encerra ao final do dia. No dia 5 de julho, a matéria, já com as emendas apresentadas, será distribuída para votação na CCJR novamente, e no dia 6 de julho será encaminhada para a Comissão de Finanças e Orçamento, com devolução no dia 10 de julho. A previsão de votação em segunda discussão é para o dia 11 julho, e em redação final no dia 12. Portanto está calendarizada a tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que prevê um orçamento de 25,4 bilhões de reais. Peço aos senhores deputados que observem a tramitação da LDO. O calendário ficará disponível para que

os senhores possam apresentar emendas. Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 02801/2023, 02804/2023). De autoria do deputado Coronel David: quatro moções de congratulação (Prot. nºs 02811/2023, 2807/2023, 02805/2023, 02802/2023). De autoria do deputado Jamilson Name: duas indicações (Prot. nº 02791/2023). De autoria do deputado João Mattogrosso: quatro indicações (Prot. nºs 02789/2023, 02792/2023, 02794/2023, 02795/2023); duas moções de congratulação (Prot. nºs 02787/2023, 02788/2023); um projeto de resolução (Prot. nº 02782/2023). De autoria do deputado Junior Mochi: uma indicação (Prot. nº 02762/2023). De autoria do deputado Lucas de Lima: quatro indicações (Prot. nºs 02785/2023, 02783/2023, 02786/2023, 02784/2023). De autoria da deputada Mara Caseiro: nove indicações (Prot. nºs 02771/2023, 02770/2023, 02769/2023, 02773/2023, 02774/2023, 02768/2023, 02775/2023, 02776/2023, 02777/2023); duas moções de congratulação (Prot. nºs 02778/2023, 02772/2023). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 02803/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: uma indicação (Prot. nº 02797/2023); um requerimento (Prot. nº 02810/2023); um projeto de lei (Prot. nº 02800/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: duas moções de congratulação (Prot. nºs 02796/2023, 02793/2023). De autoria do deputado Renato Câmara: duas moções de congratulação (Prot. nºs 02763/2023, 02798/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 02790/2023). De autoria do deputado do Zeca do PT: quatro indicações (Prot. nºs 02761/2023, 02760/2023, 02779/2023, 02806/2023); dois requerimentos (Prot. nºs 02808/2023, 02809/2023). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Coronel David. Transferida. Passo a presidência para o nobre deputado Paulo Corrêa.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Por inversão de tempo, com a palavra o deputado Pedro Pedrossian Neto. Vossa Excelência disporá de trinta minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas deputados, pessoas que prestigiam esta Sessão. Venho hoje trazer o tema para debate desta Assembleia Legislativa com relação às audiências públicas que fizemos na semana passada em três cidades. Quero agradecer à prefeita Vanda Camilo, pela excelente audiência que fizemos em Sidrolândia, ao prefeito de Maracaju, senhor Calderan, que não mediu esforços para que tivéssemos uma excelente discussão na cidade, e também ao prefeito Alan Guedes, do município de Dourados. Finalmente, na sexta-feira passada, nós fizemos uma audiência pública na cidade de Ponta Porã, tivemos a ajuda do prefeito Eduardo Campos que ajudou na mobilização, fazendo dessa audiência um evento internacional com a presença de dois governadores do Paraguai, a Zulman, governadora de Concepción, o governador do departamento de Amambay, além de uma senadora do Paraguai. Qual foi o tema dessas audiências da semana passada? Nós debatemos o movimento pela volta da ferrovia, um assunto que tem sido tratado de maneira negligente pelo governo federal há muitos e muitos anos. O Brasil amarga o fato de termos desmontado essa ferrovia que, historicamente, serviu ao estado do Mato

Grosso do Sul desde 1905, deputado Pedro Kemp. Então é lastimável que em 2023, num momento em que o Brasil vem aumentando muito a produção de grãos, com toda essa pujança do estado de Mato Grosso do Sul na produção de soja, de milho, de cana, de celulose, nós não tenhamos mais uma ferrovia. Nós fizemos três séries de audiências que culminaram nesse grande debate. Nós lançamos o movimento pela ferrovia e eu considero essa discussão, deputado Hashioka, um verdadeiro sucesso por que conquistamos também o apoio do governador Eduardo Riedel. Eu, como vice-líder do governo, quero parabenizar o governador pela decisão acertada de entrar nessa briga, entendendo que esse é um assunto estratégico. Nós lançamos um manifesto que está sendo assinado por todos os prefeitos que mencionamos, além da classe política, os vereadores, a classe produtiva, e o pessoal do agronegócio, e vamos entregar para o diretor-geral da ANTT, senhor Rafael Vittali, deixando claro que o Mato Grosso do Sul não vai aceitar um processo de concessão da malha oeste sem que esteja colocado também o ramal de Campo Grande até Ponta Porã. O curioso é que quando a gente traz esse assunto à baila, ainda existe um grande ceticismo quando se fala em ferrovia. Visto que os Estados Unidos têm trezentos mil quilômetros de ferrovia e o Brasil tem menos de trinta mil, parece até que a gente está tentando reinventar a roda. Muitas pessoas falam que a ferrovia não tem viabilidade, mas como não? Nós fizemos um debate técnico e é por isso que venho aqui hoje, deputado Zé Teixeira, trazer os números. Quando falam que não tem viabilidade, eu os convido para analisar. Nós temos um dado da ANTT que é profundamente falho, inconsistente, e esse estudo da ANTT está levando os tomadores de decisão do estado do Mato Grosso do Sul ao erro. Nós temos os dados e o traçado dessa ferrovia. Verifiquem que essa ferrovia sai em Corumbá, passa por Campo Grande, vai por Três Lagoas, entra no estado de São Paulo, passa em Bauru, termina em Mairinque e segue até Santos, mas esse ramal de Campo Grande até Ponta Porã não está colocado, hoje, na licitação, porque de acordo com um estudo da ANTT, não haveria carga. Eu convido as pessoas a observar o estudo da ANTT que diz assim: reduzido, o ramal de Campo Grande a Ponta Porã teria 0,2 milhão de Tus, em 2035. O que é 0,2 milhão? São duzentas mil toneladas de carga. Será possível, deputado Hashioka, que aqui no nosso estado nós vamos acreditar num estudo que diz que duzentas mil toneladas de carga passam pelo meio de toda fronteira do agronegócio? Se vocês forem olhar ali naquele quadro, naquele mapa, aqueles pontinhos em vermelho todos representam onde está a produção de soja, de milho, de cana, é como se fosse um esqueleto, a espinha dorsal da produção do agronegócio. Nós fizemos essas audiências para dizer que esse número de duzentas mil toneladas está errado. Muitos observam esse número e simplesmente aceitam, acatam, e o botão que nós apertarmos, neste ano de 2023, vai durar sessenta anos. Então durante sessenta anos nós vamos ficar sem ferrovia nesse lugar. Nós fizemos um levantamento para saber quanto é que a gente produz de soja e quanto que a gente produz milho. Só nos municípios de Maracaju, Ponta Porã, Sidrolândia, Dourados, Aral Moreira, Rio Brilhante, Laguna Carapã e Antônio João existem cinco milhões e oitenta e quatro mil toneladas de soja. Então, deputada Lia, como é que tem duzentas mil toneladas de soja para transportar, se são cinco milhões; e de milho, são seis milhões, duzentas e sessenta e seis mil toneladas? Será possível que nós vamos acreditar no estudo da ANTT, dizendo que não há viabilidade? Eu quero acreditar que esse estudo da ANTT tem erros, e não forças ocultas trabalhando. Assim é quando a gente olha também as outras cargas. Nós

fizemos um compilado. Soja: cinco milhões de toneladas; milho: seis milhões de toneladas; proteína animal: oitocentos e cinquenta e três mil toneladas; carga industrial, fertilizantes, calcário, adubos: um milhão, quinhentos e vinte e duas mil toneladas; carga da indústria para importação: um milhão, trezentas e setenta e cinco mil toneladas; volume total conservador, sem forçar a barra, sem exagerar nos números, nós temos quinze milhões e cem mil toneladas, hoje, no nosso estado, justamente nesse ramal. Será possível que nós vamos ainda, deputado Zé Teixeira, aceitar essa informação? Está errado, mas quero acreditar que é um erro e não o interesse de viabilizar esse outro projeto que está aqui. Nós temos aqui o projeto do traçado. Acho bom que a Ferroeste venha para o nosso estado, porque é uma ferrovia alternativa que está sendo desenhada, mas quando a ANTT diz que só tem duzentas mil toneladas, é porque ela está levando em consideração, e eu falei com a consultoria que fez todos esses estudos, que toda essa carga seria drenada através da Ferroeste e não através da Malha Oeste, do ramal de Ponta Porã. Só que esse projeto aqui, deputada Lia, é apenas um PowerPoint, é um PDF, isso aqui não existe, de Cascavel para cima não existe. Então, para esse projeto funcionar, o custo é de trinta e cinco bilhões de reais. Enquanto nós temos uma ferrovia que com menos de um bilhão de reais, naquele ramal, a gente deixa funcional, nós estamos apostando num projeto de trinta e cinco bilhões de reais que não existe. Olha só dificuldade: ela precisa cruzar o rio Paraná, e só essa ponte deve custar no mínimo, no mínimo, um bilhão de reais, por que ali tem vinte quilômetros de rio para passar, tem que subir no nosso estado, passar por Iguatemi, Amambai e passar por áreas que seriam demarcações indígenas. Imagina se eles vão conseguir licenciamento ambiental para passar essa rodovia? Nunca! De Curitiba para chegar em Paranaguá, é preciso fazer uma ampliação na descida da Serra do Mar, é licenciamento ambiental de Mata Atlântica que tem menos de 10%, acho que 7%, 8%, do bioma preservado, e ainda tem que fazer túnel, tem que explodir pedra para descer a serra. Quer dizer, é investimento caríssimo. É necessário também desapropriar áreas no entorno de Curitiba. Os senhores podem imaginar o que é o custo de uma desapropriação dessa? Então, esse projeto da Ferroeste é ótimo, só que o ótimo é inimigo do bom, e onde que é bom? Na nossa Malha Oeste que já está ali, que não precisa desapropriar, que não precisa de licenciamento ambiental, que com um investimento mínimo você faz ela completamente funcional. O estudo que está colocado pela ANTT, que está levando em consideração como se essa Ferroeste já estivesse funcional, e que estaria drenando 100% da nossa carga, não é verdade. Primeiramente eu nem acredito que essa Ferroeste fique pronta num horizonte de vinte anos, e mesmo que entrasse em funcionamento, ela não excluiria a Malha Oeste, mesmo porque a Malha Oeste vai atender o mercado, e tem outras coisas a serem transportadas também. Então, vejam, a ANTT está colocando um negócio que as pessoas presumem que estão fazendo certo, e aqui no Mato Grosso do Sul nós estamos aceitando isso. Nós lançamos esse movimento, principalmente, para fazer um debate técnico, para dizer que a ANTT está errada, que ela errou no estudo, e estamos pedindo que eles revisem os dados. Então, quando a gente conquista o apoio do governador do estado, acho que ganhamos muita força, não só por conta do governador, mas porque, na verdade, nós temos argumentos. Se fosse simplesmente uma batalha de vantagens, a gente poderia perder, mas nós temos argumentos. Então, senhor presidente, com a devida vênia, eu gostaria de consultá-lo se a Mesa pode encaminhar uma moção pela Casa, deputado Paulo Corrêa, com a

assinatura dos nossos deputados, pedindo para a ANTT, para o senhor Rafael Vitale, que sejam feitos novos estudos para incluir o ramal de Campo Grande até Ponta Porã, porque é absolutamente viável. Esse erro iria mutilar essa rodovia tão importante para o desenvolvimento do nosso estado. Então, senhor presidente, depois de consultá-lo com relação à viabilidade de fazermos pela Casa, trago uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após o ouvido colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rafael Vitale Rodrigues, diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), para que seja incluído o texto do ramal Campo Grande/Ponta Porã, no processo de concessão da Malha Oeste, em andamento na agência, conforme a mobilização dos municípios envolvidos e da sociedade civil interessada. Se essa moção for aprovada, que nós entregaremos juntamente com o manifesto dos prefeitos, a ideia é que o diretor-geral, Rafael Vitale, venha aqui para o Mato Grosso do Sul, a convite do governador Eduardo Riedel, com a presença do Paraguai, do Ministério das Relações Exteriores, porque esse ramal interessa ao Paraguai como ramal de exportação, levando em consideração que o Paraguai é um país sem acesso ao mar. Então, são essas as minhas considerações, presidente. Peço que haja deferimento desse pleito, porque uma vez unida, uma vez no mesmo projeto, a Assembleia Legislativa tem muita força, porque representa os segmentos da opinião de Mato Grosso do Sul, nesse grande movimento pela ferrovia, um projeto soberano que afirma a capacidade e a estratégia de desenvolvimento do nosso estado com um desenvolvimento muito maior. Muito obrigado a todos. Fiquem com Deus.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, colegas deputados, senhoras e senhores. Venho à tribuna porque na semana passada houve uma discussão aqui na Assembleia quando se falava da votação do Marco Temporal, na Câmara Federal. Naquele momento não me foi concedido o aparte, até em função das normas do Regimento, mas eu gostaria de fazer um comentário sobre a fala dela quando ela disse que era contra a votação do Marco Temporal. O artigo 231, da Constituição Federal, diz que toda terra ocupada pelos índios, desde 1988, terá cinco anos para ser demarcada. Como professora, ela não usou esse termo preteritamente, porque a Constituição diz que é terra que os índios "ocupam", e não que "ocuparam", mesmo porque, se tivessem colocado "ocuparam", nós teríamos que sair daqui. Eu talvez até ficaria porque sou descendente de índio e o Brasil é dos índios. Ela foi contra, mas graças a Deus, a Câmara Federal confirmou o artigo 231, que diz que toda terra que o índio estava presente até 1988 será demarcada. A PEC foi aprovada e encaminhada para o Senado, inclusive está agendada para ser votada no STF amanhã. No meu entendimento, se os Poderes são harmônicos, o STF teria que tirar esse projeto de pauta até que o Senado revalide a votação da Câmara Federal, e não é medida provisória, é projeto de lei, e ele não está alterando nada na vida dos índios, está apenas trazendo segurança jurídica para o setor produtivo. O Supremo Tribunal Federal deveria entender o que está escrito no artigo 231, porque o projeto de lei só confirma que se o índio estava presente em 1988, teria que ter um período de demarcação. Posteriormente, ainda no governo do

Fernando Henrique Cardoso, o José Eduardo, que era dono do HSBC, fez o Decreto nº 1771, criando a Associação Brasileira de Antropologia que é ligada à Funai. Todas as vezes que a Funai fazia um decreto de estudo antropológico, os antropólogos da Associação Brasileira de Antropologia, ligada à Funai, determinava que a terra era de índio, uma terra legítima, titulada pelo Estado, que não foi doada, foi vendida, o Estado recebeu o dinheiro na época pelo valor da hectare. Então, assim como o Estado titulou, as etnias que até 1965, quando o governo militar extinguiu o STI e criou a Funai, ele incorporou os bens que eram das etnias ao patrimônio da União e colocou o índio como usufrutuário do governo federal. E mesmo que a PEC seja aprovada, nada impede que algum presidente aumente a terra indígena. O governo tem várias alternativas: ele pode declarar qualquer terra de utilidade pública, desapropriar, pagar, colocar no patrimônio dele e deixar que o índio use, mesmo porque o índio não é proprietário, não tem terra, ele é usufrutuário de uma terra da União. Então, toda vez que há uma invasão, o índio serve de massa de manobra para invadir uma terra que será transformada em pública, da União, o índio só vai usar. Eu respeito minha colega, mas não podemos ter um peso e duas medidas, nós temos que defender o índio, mas temos que defender quem trabalha, quem produz, porque através da produção tem imposto para ajudar a sustentar os índios, na saúde, na educação, na moradia, na alimentação. Por que é que quando se fala em terra com o índio, os Kadiwéus, em Bonito, que têm trezentos e sessenta mil hectares, são pobres? Então o problema não é terra, porque se assim fosse, os Yanomamis que possuem o maior território indígena do mundo, uma nação dentro de outra nação, criada no governo Fernando Collor de Melo, que tem metade no Brasil e metade na Venezuela, com uma quantidade de território tão grande eles não sofreriam com invasão de garimpeiros. É uma terra rica, explorada clandestinamente, crimes e mais crimes. Então, se o problema fosse terra, os índios não estariam passando fome e nem morrendo por desnutrição. Aqui no estado, o meu querido amigo deputado Zeca do PT também tem defendido a legalidade, porque temos que defender os índios, mas temos que defender quem ajuda a sustentar os índios, que é o setor produtivo. Ouvindo ontem o Aldo Rebelo, na Jovem Pan, aliás, é o único comunista que se for candidato a presidente da República eu vou apoiar, porque ele só defendeu quem trabalha, quem produz, defendeu a integralização dos índios na sociedade, para que eles possam trabalhar, produzir e viver com o seu suor. Ele disse que o americano quer o território da Amazônia porque nos Estados Unidos o produtor rural usa 100%, e já aqui na Amazônia, o produtor rural tem 100%, mas só pode usar 20%. É por isso que tem essa briga da Europa, dos EUA, para que eles tenham uma participação e mandem dentro do nosso país e na maior reserva de mata do mundo. Eu quero deixar claro que eu não sou contra os índios, sou contra o desrespeito, sou contra as invasões. Inclusive, no município onde eu tenho propriedade, há terra invadida por índio há vinte anos, e a Justiça não decide, essa ação foi transitada e julgada, e agora estão querendo abrir para ver se o índio tomou prejuízo, e o índio é representado pelo Ministério Público, pela Procuradoria-Geral da União dentro do processo. Ontem, me ligou um produtor rural dizendo que a terra dele está invadida por índio e ele não pode tirar porque só quem tira o índio é a Polícia Federal, e não tem ordem. E sabem o que está acontecendo? Simplesmente estão levando energia elétrica com dinheiro público dentro de uma terra privada na fazenda Novino, em Caarapó, onde os índios puseram fogo na viatura da polícia, nos caminhões, nas colhedeiças. Eles estão nas fazendas, como em uma que fica em Rio

Brilhante, titulada desde 1856, antes da Proclamação da República, onde o proprietário está produzindo há mais de sessenta anos. Então, pelo menos agora nós temos o norte da legalidade, da sustentabilidade, da tranquilidade, para que todo produtor, que é quem sustenta essa nação, possa investir. Como é que você vai investir em tecnologia dentro de uma terra, se você não sabe se amanhã ela será do índio? Não temos segurança jurídica! Nós temos que ter norte, o país para se desenvolver, tem que ter rumo. Eu torço para que o atual presidente tire esse rancor do seu coração. O Mandela ficou vinte anos preso e depois virou presidente. O nosso presidente ainda não entendeu que a maior vingança contra as injustiças que ele diz que foram cometidas contra ele, foi ter ganhado a eleição e ser atualmente o presidente da República. Ele tem que tirar do seu coração, deputado Zeca, esse rancor de vingança, parar de falar que o setor produtivo é fascista, isso não pega bem para o presidente da República de um país que é sustentado pelo setor produtivo, que é quem trabalha, quem produz. Tem uma fazendinha dentro da nossa casa: o pão vem do trigo, o leite vem da vaca, o lençol é feito de algodão, o feijão, o arroz, a cana, tudo isso vem da roça. É preciso reconhecer que esse setor é muito importante para a economia de um país primário como no Brasil. Encerrando as minhas palavras, quero dizer, deputada Gleice, que não é o Marco Temporal que vai impedir o governo central de comprar as terras que ele quiser, ou desapropriar a terra que ele quiser, desde que ele respeite a legalidade do título legítimo que o governo do estado de Mato Grosso titulou, e que há sessenta, setenta, oitenta anos vem trabalhando, produzindo, criando seus filhos, criando riquezas. É preciso dar um rumo a este país, porque um país sem rumo, caminha para o lado da Venezuela, e nós não queremos ver os nossos irmãos sair do país para procurar um país melhor para viver, se nós vivemos em um país extraordinário, um país cristão, um país decente, um país de povo trabalhador, o que precisa é apenas rumo, e isso está nas mãos do atual presidente Lula que é quem está no poder. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos. declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o primeiro-secretário sobre o quórum para deliberação.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Item 1. Em redação final. Projeto de Resolução nº 07/2023. Autores: deputado Jamilson Name, e coautoria dos deputados Mara Caseiro, João Mattogrosso, Junior Mochi, Lidio Lopes, Londres Machado, Neno Razuk, Pedrossian Neto e Roberto Hashioka. "Altera o parágrafo 1º, do artigo 102, da Resolução nº 65, de 17 de setembro de 2008 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, e dá outras providências". A redação final foi elaborada pela Comissão de Reforma do Regimento Interno da Assembleia Legislativa. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.



Projeto de Resolução nº 07/2023, de autoria do deputado Jamilson Name, e coautoria dos deputados Mara Caseiro, João Mattogrosso, Junior Mochi, Lidio Lopes, Londres Machado, Neno Razuk, Pedrossian Neto e Roberto Hashioka.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLACE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name? Como vota o deputado João Henrique? Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi? Como vota a deputada Lia Nogueira? Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk? Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara? Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Jamilson Name, autor da proposição com coautores.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Resolução nº 003/2023. Autor: deputado Junior Mochi, e coautoria das deputadas Lia Nogueira e Mara Caseiro, e dos deputados Coronel David, Lucas de Lima, Marcio Fernandes, Pedro Kemp, Professor Rinaldo, Rafael Tavares e Roberto Hashioka. "Altera e acrescenta dispositivos ao anexo da Resolução nº 65, de 17 de dezembro de 2008 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por maioria, ao projeto, à Emenda Aditiva 01 e à Emenda Modificativa 02, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. A Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno emitiu parecer favorável, por maioria, ao projeto, à Emenda Aditiva 01 e à Emenda Modificativa 02, tendo como relatora a Deputada Gleice Jane. Em discussão. Encerrada a votação. Em votação.

Projeto de Resolução nº 003/2023, de autoria do Deputado Junior Mochi, e coautoria das deputadas Lia Nogueira e Mara Caseiro e dos deputados Coronel David, Lucas de Lima, Marcio Fernandes, Pedro Kemp, Professor Rinaldo, Rafael Tavares e Roberto Hashioka.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi? Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 080/2023. Autora: deputada Mara Caseiro. "Dispõe sobre diretrizes para atendimento dos portadores de Atrofia Muscular Espinhal (AME), no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à emenda modificativa, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 080/2023, de autoria da deputada Mara Caseiro.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Convido o público, a população, a imprensa, e os senhores deputados, para a audiência pública que será realizada hoje, no Plenarinho Nelito Câmara, a partir das 14 horas, quando a Secretaria de Estado de Saúde fará a entrega do balanço do primeiro quadrimestre do governo Eduardo Riedel. A nossa função é fiscalizar e a gente vai estar atento hoje durante essa audiência. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Senhor presidente, a Atrofia Muscular Espinhal é uma doença de ordem genética que causa fraqueza nos músculos que controlam o movimento e a respiração, e ela é progressiva, o que significa que os sintomas pioram com o tempo. A AME é causada pela degeneração progressiva dos neurônios motores da medula espinhal e dos núcleos motores de nervos cranianos. Nós estamos apresentando esse projeto porque as pessoas portadoras dessa doença têm dificuldade de atendimento na rede pública do estado e, nesse sentido, nós estamos solicitando que seja seguido o guia para famílias e profissionais, elaborado pelo Instituto Nacional de Atrofia Muscular Espinhal (INAME), que é um protocolo de atendimento. Quero agradecer a todos os deputados que aprovaram o projeto e espero que o governo do estado tenha a sensibilidade de sancioná-lo e qualificar a rede pública, os profissionais do estado para atender os portadores da AME com toda a especificidade que merecem. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk? Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PREDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 140/2023. Autor: deputado Gerson Claro. "Institui, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, o Dia Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, e cria a campanha Coração Azul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 140/2023, de autoria do deputado Gerson Claro.

Primeiro-Secretário — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David? Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, quero parabenizar Vossa Excelência pela apresentação desse projeto, visto que o tráfico de pessoas é um mal que precisa ser duramente enfrentado e combatido pela sociedade. Nós vivemos num estado que é fronteira com dois países e vários estados e infelizmente aqui ainda tem essa realidade. Vossa Excelência, sensível a esse problema, apresenta um projeto para conscientizar a sociedade de que é preciso o enfrentamento desse mal. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASCHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação. Aproveito para agradecer a Comissão de Combate ao Tráfico de Pessoas, em nome da doutora Cristiane Viegas, e o Comitê de Combate à Violência e ao Tráfico de pessoas, que trata desse assunto no Mato Grosso do Sul.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Dois requerimentos, treze indicações e cinco moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Encerrada a Ordem do Dia. Queremos registrar e agradecer a presença do vereador do município de Terenos, senhor Helder Noburo Kasae (Xiru); da senhora Ediney de Carvalho, vereadora do município de Bodoquena; do senhor Hamilton Rondon, coordenador regional de operações do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (Inpev). Passemos à manifestação externa. Consulto se o deputado Renato Câmara está no plenário virtual.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu gostaria de suspender a Sessão para manifestação externa. O deputado Renato Câmara, através do requerimento aprovado para hoje, dia 06 de junho, convida o coordenador regional de operações do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (Inpev), no estado de Mato Grosso do Sul, engenheiro agrônomo, senhor Hamilton Rondon Flandoli, para falar sobre o tema: logística reversa das embalagens vazias e defensivos agrícolas. Está suspensa a Sessão (11h15min). Com a palavra, o doutor Hamilton, que disporá de quinze minutos para o seu pronunciamento.

SENHOR HAMILTON RONDON (coordenador regional de operações do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias – Inpev) — Bom dia, deputado Gerson Claro, em nome de quem cumprimento todos os deputados presentes. Quero agradecer o convite do deputado Renato Câmara, e parabenizar os colegas engenheiros desta Casa, deputado Paulo Corrêa, Rodrigo, e o deputado Hashioka. O sistema Campo Limpo é formado pelos principais elos da cadeia, como os produtores rurais, os revendedores, as cooperativas, os fabricantes de defensivos agrícolas e os órgãos públicos. A preocupação com o tema mobiliza a cadeia agrícola desde o final dos anos 1980, mas os debates foram evoluindo e possibilitou a edição da Lei nº 9974/2000, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 4074/2002. Aqui no Mato Grosso do Sul, nós iniciamos esse trabalho de destinação final, ainda no ano de 1997, na gestão do governador doutor Wilson Barbosa Martins, com vários outros colegas que estavam à frente da Secretaria de Meio Ambiente, à época. Com a intermissão e a regulamentação da Lei nº 9974, foi criado o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens (Inpev), em 14 de dezembro de 2001, e após um longo amadurecimento de toda essa cadeia, foi sendo discutida a questão socioambiental, mesmo porque a agricultura sul-mato-grossense teve e tem a sustentabilidade que a gente esperava. Os defensivos foram usados desde os anos 1960, sempre discutido um conjunto de leis, mas nunca se chegou a uma forma para que as embalagens pudessem ter um destino adequado. Até então não havia preocupação com a destinação das embalagens pós-consumo, e com a promulgação da Lei nº 9974, inclusive parabenizo os legisladores e os deputados estaduais e federais que participaram na época, foi editada a Lei de Crime de Responsabilidade a todos os órgãos da cadeia. Os produtores rurais têm a responsabilidade da lavagem de embalagens no momento que estão usando e devolver no local indicado na nota fiscal. Os revendedores e as cooperativas que comercializam esses defensivos agrícolas têm a responsabilidade de ajudar a destinar, indicar e fornecer o local para o produtor rural devolver essas embalagens. Já os fabricantes têm a obrigação de dar o destino final a essas embalagens. É importante destacar que hoje tem uma ferramenta para atender o pequeno agricultor, o agricultor familiar, não só os grandes, mas também essas commodities como a soja, o milho, a cana, o eucalipto, que são algumas produções de MS, mas também aquele agricultor familiar que está lá na região de Mundo Novo, Eldorado. A gente faz algumas ações itinerantes, e procuramos atender o grande e o pequeno agricultor, ou seja o agricultor familiar, e por sua vez o poder público também nos ajuda nessas áreas de recebimento, licenciando e fiscalizando essas unidades no campo, como é o caso do Imasul e Iagro que têm sido nossos parceiros ao longo dos últimos vinte e seis anos. Então, nesse dia mundial, nós podemos comemorar dois números como exemplos: hoje nós temos uma malha de unidade de recebimento que envolve em torno de quatorze unidades de recebimento nos grandes municípios agrícolas, como Campo Grande, Chapadão do Sul, Dourados, Maracaju, Naviraí, Ponta Porã, Rio Brilhante e São Gabriel, mas, por conta da devolução, nós temos unidades menores, mas não menos importantes, em Aral Moreira, Amambai, Laguna Carapã, Caarapó, Fátima do Sul, e também no leste do estado, onde está crescendo bastante eucalipto, em Três Lagoas. Então temos uma malha que atende todas as grandes culturas, mas volto a ressaltar a questão da agricultura familiar que a gente atende via recebimentos itinerantes. Nesse Dia Mundial do Meio Ambiente, nós temos que comemorar também os números significativos, visto

que esse processo se tornou mais consolidado. No ano 2000, nós destinávamos trezentas e oito toneladas, já em 2022, destinamos quatro mil toneladas. Portanto tivemos crescimento não só da área, mas principalmente da consciência dos produtores rurais do estado de Mato Grosso do Sul, e esperamos que em 2023 esse número passe das quatro mil toneladas. Esses números representam algo em torno de 92% do que vai para o campo e depois a gente consegue retornar e destinar de forma ambientalmente correta e *sui generis* no mundo. Isso mostra que o Brasil hoje é referência mundial na devolução de embalagem vazia, mesmo porque em países como Alemanha, França, Estados Unidos não há esse número significativo como aqui. É importante dizer, deputado Zé Teixeira, que hoje os produtores rurais da região de Dourados podem devolver suas embalagens agendando eletronicamente, não é preciso ligar para ninguém, basta entrar no nosso site e promover essa devolução em até duzentos e quarenta dias. Então, o produtor rural tem feito a sua parte nesta questão. É importante dizer que municípios como Chapadão do Sul, por exemplo, um município grande em devolução e área plantada que envolve Costa Rica e Chapadão do Céu, 95% dos produtores agendam eletronicamente. Então o produtor rural não precisa mais se preocupar para devolver, é só entrar no site que em alguns dias vai a carreta pronta para recolher. No momento que se fala em carbono zero, temos que falar também de algumas ações como a logística reversa, que é quando nós adotamos a política do frete retorno, quando o caminhão vem trazer esses defensivos agrícolas e volta com essas embalagens para as recicladoras. Nesse processo todo conseguimos economizar em termos de energia algo em torno de dois milhões e quinhentas mil quilowatts/ano. Nós deixamos de produzir um milhão e quatrocentos mil barris de petróleo, evitamos a emissão de novecentos e setenta e quatro mil toneladas de carbono equivalente. É importante destacar também que nós temos outras ações que nos ajudam criar essa consciência. Eu agradeço o deputado Junior Mochi que nos permitiu acesso para divulgar o Dia Nacional de Campo Limpo, que é dia 18 de agosto, previsto na Lei Federal nº 11.657/2008, que abre essas unidades de recebimento em todo o país, para mostrar para a população urbana que a população rural está fazendo bem a sua parte, mostrando como que se faz a destinação final das embalagens. Por sua vez, o Dia Nacional do Campo Limpo é considerado uma das mais significativas ações de educação ambiental do Sistema Campo Limpo. Temos também o Programa de Educação Ambiental, onde estabelecemos parcerias com as escolas e secretarias municipais, atendendo os alunos dos quarto e quinto anos, mostrando para eles não só os resíduos sólidos, não só embalagens vazias de ofensivo agrícola, de agrotóxicos, mas também os outros resíduos sólidos, mostrando que cada um, como aquele conceito do beija-flor, tem que fazer a sua parte, não só a zona rural. O sistema Campo Limpo está aí há mais de vinte anos, colocando em prática ferramentas da logística reversa, sendo exemplo mundial nessa questão. Para finalizar, quero agradecer ao deputado Gerson Claro, pela oportunidade a mim concedida. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Obrigado pela oportunidade, senhor presidente. Quero parabenizar o engenheiro Amilton, que tem dedicado a sua

vida para divulgar a importância de fazer o controle das embalagens dos defensivos agrícolas. Eu tenho acompanhado o seu trabalho desde a época que fui seu tesoureiro na Associação Estadual dos Engenheiros Agrônomos, depois ele continuou no Crea, implantou em vários municípios e tem defendido essa bandeira que é fundamental. Vale lembrar que uma gota de defensivo contamina milhares de litros de água, e ter um local adequado para reter essas embalagens é fundamental para manter o meio ambiente livre de agrotóxicos. É preciso ter pessoas com essa vocação, com essa militância, e o engenheiro Amilton tem feito um trabalho muito importante. Conte conosco, conte com esta Casa, nessa sua luta que não é sua particularmente, mas de todos nós sul-mato-grossenses. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está reaberta a presente Sessão (11h30min). Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, a deputado Lia Nogueira. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão(11h31min).